



Presidência da República  
Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Gestão de Pessoas  
Coordenação – Geral de Documentação e Informação  
Coordenação de Biblioteca



**PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 30 DE MARÇO DE 1999**

*Dona Ruth Cardoso; Senhor Vice-Presidente, Marco Maciel; Senador Antônio Carlos; Senhores Ministros de Estado que aqui se encontram; Parlamentares; Doutor Milton Seligman; Senhores membros do Conselho da Comunidade Solidária; Senhoras e Senhores,*

Hoje, vim de branco, do mesmo jeito que a Ruth, sem termos combinado, para comemorar as pazes entre o governo e o Comunidade Solidária. No discurso feito pela Doutora Ruth, ela mostrou os fundamentos teóricos, pelos quais é importante que hoje os governos e a sociedade se pensem e se organizem de uma maneira mais específica e inovadora.

Antes mesmo de fazer algumas referências mais específicas sobre o papel inovador do Conselho da Comunidade Solidária e da Secretaria Executiva desse programa que, aí sim, é o órgão ligado ao governo, eu queria fazer uns pequenos comentários à aula que a Ruth nos deu aqui, sobre teoria política, na verdade. E fiquei pensando, enquanto ela falava. Recentemente, reli umas partes de *O Contrato Social*, de Rousseau, numa edição nova, que foi publicada agora, na França. É um exemplar encontrado numa biblioteca de São Peters-

burgo, na Rússia. Era a primeira edição de *O Contrato Social*, comentada por Voltaire, à mão, e que ficou na biblioteca de Catarina, a Grande, da Rússia. E isso ficou lá esquecido. Agora, eles reproduziram esse livro numa edição em fac-símile muito bonita.

E me lembro de que eu torcia por Voltaire, quando ele fazia comentários sobre Rousseau. Alguns deles não podem ser repetidos. Não era, propriamente, de elegância extraordinária, do ponto de vista verbal – sem chegar a exageros, naturalmente – o que dizia Voltaire sobre *O Contrato Social*.

E a discussão é a que está por trás, no fundo da velha questão sobre a democracia representativa, sobre a existência do indivíduo como base do contrato ou não, ou se o indivíduo pode ou não se fazer representar pelo voto. Embora isso não fosse expresso em cada uma das anotações de Voltaire, era claro que este se horrorizava com a possibilidade teórica, embora não dissesse isso, de Rousseau dar margem a uma vontade geral, coletiva, que pudesse ser totalitária, pudesse impedir o respeito à individualidade. Isso não era aceito por Voltaire.

Toda a democracia que se constituiu no mundo contemporâneo está baseada no princípio da representação e, portanto, na possibilidade de o indivíduo delegar a outrem a sua vontade, para que este cuide, então, dos aspectos que dizem respeito à sociedade. E essa é a questão, e muito menos na idéia, digamos, de uma vontade comunal que se fizesse na ágora, na praça pública, através de mecanismos que não sejam de representação, que seriam mais uma inspiração rousseauiana.

O que a Doutora Ruth nos disse hoje é que – embora a democracia contemporânea, toda ela seja baseada, basicamente, nas idéias que são, nesta versão – vêm, também, enfim, em última análise, dos enciclopedistas, etc. que depois se qualificam na Revolução Americana e, portanto, na idéia de representação, de partidos, de Congresso: – a sociedade civil se organiza e se faz presente no estado através dessa delegação, que nos dias de hoje isso, sem ser substituído, porque essa forma continua sendo fundamental, indispensável, ela é insuficiente para dar conta da riqueza da vida política, e mesmo da riqueza da sociedade civil e dos elos que a sociedade civil possa vir a ter com o sistema político.

Além do Congresso, além do governo, além do Estado portanto, existem outras formas que têm que ser, também, englobadas no processo democrático. Esse além, repito, não quer dizer no lugar de, nem quer dizer que seja melhor ou pior. É uma outra dimensão e precisa ser contemplada nas formas modernas de governo. Mas, além disso – além de ser essa crítica normal, a respeito dos que são contra as formas democráticas de representação, e mesmo os que acham que elas são insuficientes – existem, do lado daqueles que fazem a crítica, outras idéias que são ainda mais críticas. Daí a citação do nosso querido amigo Manoel Castells. É que a própria idéia de sociedade civil, como um conjunto de indivíduos independente do Estado, e que se organiza, independentemente do Estado e pressiona o Estado, não dá conta mais do que seja sociedade civil contemporânea. Porque ela própria hoje não funciona, apenas em termos de cidadania – entendida cidadania como pessoas que têm consciência dos seus direitos e de seus deveres. Mas, ela também se auto-articula em redes e, portanto, a complexidade é maior.

Não se trata somente da crítica tradicional à democracia representativa. É necessário que os governos, além de, naturalmente, estarem baseados na democracia representativa, abram espaço à participação, porque é disso que se trata. É preciso que se entenda que a forma de participação da própria sociedade civil, hoje, é diferente da participação que havia anteriormente. Não se trata apenas de pessoas ou indivíduos que se organizam isoladamente, mas que ao se organizarem estabelecem conexões e formam redes.

E aí, o que faz o Presidente da República, nessa confusão toda? Além do Congresso, que sempre ajuda, parece que tem que contar com outras ajudas. Senão, não consigo governar. E disso se trata. Quer dizer, ninguém, hoje, consegue governar, apropriadamente, se não for capaz de interagir com o Congresso, com as formas organizadas molecularmente, segmentadamente, da sociedade civil, e com as formas da sociedade civil que se organizam em redes. E basta pensar na Internet, para se dar conta de como essas formas, hoje, têm força e como as ONGs, as organizações não-governamentais, através

desses mecanismos, colocam no mundo, no ar, os seus pontos de vista, certos ou errados, e que têm repercussão e que passam a ser componentes da cena política. São atores da vida política. Atores que, até pouco tempo, não apareciam, porque os atores eram os nossos velhos atores conhecidos da vida política. No nosso caso, os nossos partidos, o Presidente, as instituições. E não se percebia, com muita clareza, que esses atores são muito importantes – até porque, há um momento em que é preciso que haja legitimização na forma, não apenas de aceitação, pela sociedade, das decisões, mas de codificação, na lei, das decisões. Portanto isso é indispensável. É indiscutível que a forma democrática de representação continua sendo essencial na sociedade contemporânea. Mas, além disso, nós temos essas outras formas. Os Senhores são essas outras formas. E as senhoras também.

Quer dizer, queiram ou não queiram, embora fora do Estado – e convém que assim continuem – sem fundos públicos, sem usar o dinheiro do Estado, só um pouquinho, para o que vão fazer, mas mobilizando mais recursos não públicos, para que possam atuar, queiram ou não queiram, há um tipo novo de representação. Representação é uma palavra que, nesse caso, é um conceito insuficiente para dizer, porque não houve a eleição. Não houve a escolha por meio de um processo legitimador geral. Houve apenas, digamos assim, o fato de que, por notoriedade, por reconhecimento do trabalho feito aqui e ali, expressam uma parte da sociedade brasileira. E têm que ser parte, também, do processo decisório, embora não seja o processo normal de governo, mas do processo decisório que hoje é muito mais amplo e que engloba tudo, como engloba a mídia, que é parte também fundamental desse jogo de poder. Embora nem sempre se reconheça como tal, é parte do jogo de poder. E todos têm – e, nisso, não há vergonha nenhuma – interesses e, como disse a Ruth, que entram em conflito, muitas vezes. E é preciso instância de arbitragem. É por isso que tanto o Congresso quanto o poder do Estado, representado, no caso, pelo Presidente da República, têm o papel de arbitrar, entre esses vários grupos que se organizam, que entram em choque e que têm interesses.

Graças à inspiração teórica da Ruth – agora eu sou aluno – fui obrigado a fazer essas considerações para não ficar muito por baixo. Mas, tudo isso, na verdade, não é apenas uma abstração. Isso tem consequências práticas muito diretas. Por quê? Porque o grande problema, no caso da Comunidade Solidária, o grande problema nacional, é como é que nesse mosaico novo de formas de pressão, de representação, de arbitragens, de conflitos, etc., etc., nós temos que encaminhar algumas questões e, notadamente, nesses casos aqui, as questões sociais.

Ora, as questões sociais, para que sejam tratadas de forma adequada nesse novo contexto, não podem estar estioladas na burocacia, nem mortas através do assistencialismo e do clientelismo que une a burocacia com a política tradicional. É disso que se trata.

Concretamente, na questão social, a presença do Conselho da Comunidade Solidária tem, mais do simbólico, o papel efetivo de dar alertas permanentes, para que não nos deixemos limitar, bloquear, pelas formas tradicionais de lidar com a questão social.

A questão social tem que ser posta como uma reivindicação da sociedade. Tem que ser posta como uma reivindicação da sociedade. Tem que ser posta como uma responsabilidade do Estado. Mas tem que ser posta, também, como uma motivação para a organização da sociedade, para que a sociedade também assuma a sua parte de responsabilidade no encaminhamento das questões sociais.

O Estado, sozinho, não é capaz de dar conta das questões sociais. A burocacia do Estado tampouco. O setor político tampouco. É preciso que haja uma convergência de pontos de vista, de interesses e de mobilizações para que possamos enfrentar as questões sociais.

Daí por que, na estrutura desses programas, desde o primeiro mandato, nós separamos, mas com uma estreita faixa de cooperação, aquilo que é Estado – e aqui, nesse caso, o Milton Seligman é quem representa essa parte, que é o Secretário, como foi antes a Doutora Ana Peliano – do Conselho da Comunidade Solidária, que tem que mobilizar, dentro do governo, os programas que vão ser objeto de uma ação, digamos, prioritária para que enfrentemos a questão social.

E, aí, esses que fazem parte da Secretaria Executiva têm que olhar se, efetivamente, a verba que o Congresso mandou, para a educação ou para a saúde, foi realmente liberada. E, se foi liberada, se foi a tempo para atender aqueles programas. Isso é algo permanente, e eu já volto ao tema. Por outro lado, é preciso que os setores que não são do Estado, e aí é o Conselho da Comunidade Solidária, discutam formas criativas de resolver questões sociais.

Daí os programas que Ruth não mencionou hoje, mas que sabemos já de cor: de capacitação profissional, da Universidade Solidária, enfim, de um conjunto de programas que mobilizam a sociedade civil e, no começo, de forma inovadora e quase exemplar, motivem e verifiquem se é possível avançar ou não numa certa direção. Por exemplo, os programas de alfabetização.

O que foi feito demonstrou que é possível alfabetizar muito mais barato do que o governo estava fazendo. E alguns programas juntavam o Ministério da Educação com o Ministério de Reforma Agrária. É só comparar o custo da alfabetização solidária, feita pelo Conselho, com o custo da alfabetização feita dentro do governo, para ver que alguma coisa estava errada. Temos que mudar de modelo para poder fazer mais barato, com mais eficiência, aquilo que o governo estava fazendo mais lentamente, e que não tinha introduzido aquelas motivações mais dinâmicas que o Conselho da Comunidade Solidária foi capaz de injetar.

O mesmo se diga com relação aos programas de capacitação, e os programas do FAT, que, em grande parte, já são feitos pelos sindicatos, por forças da sociedade civil. Eles podem multiplicar mais sua influência benéfica se os modelos desenvolvidos pelo Conselho da Comunidade Solidária puderem ser absorvidos para avançar.

É esta a dinâmica, não só a fundamentação teórica, como a ação prática desse conjunto: Secretaria Executiva da Comunidade Solidária e o Conselho da Comunidade Solidária, para que nós possamos ir enfrentando as questões sociais do Brasil.

Termino dizendo que, nos últimos tempos, tenho reiterado que me parece completamente sem fundamento a idéia de que este governo, neste mandato, como no anterior, não teria tido ou não tem uma

política social. Pelo contrário. Se formos analisar as políticas sociais, vamos ver que mudamos, em muitos aspectos importantes, as formas tradicionais de fazer política, e que fizemos políticas sociais.

Costumo dizer, e vou repetir aqui: dá-me uma certa alegria verificar que os críticos – agora, porque houve, e já volto ao tema também, uma modificação restritiva por causa do ajuste fiscal, nos programas sociais – defendam programas que (todos eles) todos, foram criados pelo meu governo. Então como é que pode? A contradição é que se dizia que não há políticas sociais e, agora, defender a política social que foi feita num outro mandato é passar o recibo de que há um programa social.

O Programa Nacional da Agricultura Familiar, o Pronaf, que é um programa para a unidade familiar de produção, não existia. É desse governo. A Loas é nome sempre feio, mas é a Lei Orgânica da Assistência Social, que assegura uma renda mínima para os mais idosos e os que têm deficiência física. Tirar criança do trabalho forçado, não existia. Passou a existir. Tivemos os avanços na questão de alocar toda criança na escola. Enfrentamos a questão de saúde da mulher, a questão de mortalidade infantil, sua queda, com a ajuda sempre da Pastoral da Criança. Enfim, todos esses programas, todos são de meu governo, com a exceção de merenda escolar, que é um programa antigo e bom. E também há outros programas que já existiam. Mas aos que agora estão sendo considerados como críticos porque nós estaríamos tirando recursos: foram programas elaborados pelo governo e implementados pelo governo. E continuarão a ser.

Ontem, anunciei uma decisão, depois de uma conversa com o Deputado Luiz Antônio Medeiros, que aqui se encontra, e de ouvir críticas, não só dele, como de outras forças políticas sindicais e organizações da sociedade civil, a respeito dos programas das creches, dos programas dos asilos dos idosos, dos programas de trabalho forçado, e aqui está a Doutora Wanda Engel que é testemunha disso. Havia, efetivamente, uma restrição que poderia interferir na prestação de assistência direta à população. Então, ontem, anunciei uma nota que o Doutor Seligman me mandou, pedindo que a área econômica refizesse os seus cálculos e tirasse recursos de outros setores que estão “nadando

em dinheiro” – olho para os Ministros e vejo que eles todos estão felizes com a decisão – e que se repusessem os recursos de tal maneira que não tenhamos cortes nessas áreas sociais, que são áreas sensíveis, áreas essenciais. E o ajuste fiscal não pode significar o destroçar de programas sociais que têm importância fundamental para o Brasil.

E isso foi feito porque, primeiro, é minha determinação, eu repeti isso sempre. Segundo, as áreas de governo interessadas nesses programas estavam atentas e tratando de motivar-me para que não ocorresse nenhuma restrição. Depois, porque temos essa interação permanente com esses setores da sociedade civil. E vi de perto, em muitas regiões, o que acontece nesses programas, de modo que achei que era mais do que justo que a coisa andasse. É assim.

É para dar esse exemplo vivo e concreto, de que é possível haver uma atuação – no caso, a convergência da pressão política do Deputado e de outros mais, a pressão social dos membros de várias organizações – que a existência permanente do Conselho da Comunidade Solidária a alertar sobre essas questões, faz com que o governo não incorra em erros. Muitas vezes, o governo, mesmo com a vontade de não errar, dadas as enormes dificuldades existentes sempre, dados os conflitos dentro dos interesses legítimos que também existem, na hora de arbitrar muitas vezes vê uma questão que é importante. Então, arbitra, e não percebe que, ao arbitrar dessa maneira, poderá ter afetado outras áreas. E só há uma coisa a fazer: é *feedback*, é prestar atenção e voltar atrás. Se for o caso, corrigir e avançar. Então, esse é o sistema que me parece mais adequado de avançarmos e governarmos. Queiram ou não queiram, embora não sejam partes do governo, são partes do Brasil, são partes da sociedade brasileira os que estão neste Conselho tomando posse hoje, e têm responsabilidade sociais e de alcance político. E acabei de dar um exemplo muito vivo de como a ação dos Senhores afeta as decisões do Presidente da República.

Agradeço muito essa colaboração.

Muito obrigado.